

N.O.G.S.P.E
Empreendimentos
e Participações
S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstração do resultado	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa – Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes Ltda.
R. São Paulo, 31 - 1º andar - Sala 11 - Bairro Bucarein
89202-200 - Joinville/SC - Brasil
Caixa Postal 2077 - CEP 89201-970 - Joinville/SC - Brasil
Telefone +55 (47) 3205-7800
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e diretores da
N.O.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da N.O.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da N.O.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, 06 de maio de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SC-000071/F-8



Felipe Brutti da Silva
Contador CRC RS-083891/O-0 T-SC

N.O.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ: 34.405.822/0001-74

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020*(Em milhares de Reais - R\$)*

Ativo	Notas	2021	2020	Passivo	Notas	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	3.080	1.105	Fornecedores		3	2
Dividendos a receber	5	10.336	5.874	Impostos federais		1	-
Impostos a recuperar		<u>41</u>	<u>30</u>	Dividendos a pagar	6 c)	<u>10.333</u>	<u>5.894</u>
Total do circulante		<u>13.457</u>	<u>7.009</u>	Total do circulante		<u>10.337</u>	<u>5.896</u>
Não Circulante				Patrimônio Líquido	6		
Investimentos	5	<u>293.725</u>	<u>278.163</u>	Capital social		260.355	260.355
Total do não circulante		<u>293.725</u>	<u>278.163</u>	Reserva Legal		3.416	1.241
Total Do Ativo		<u><u>307.182</u></u>	<u><u>285.172</u></u>	Retenção de Lucros		<u>33.074</u>	<u>17.680</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>296.845</u>	<u>279.276</u>
				Total Do Passivo		<u><u>307.182</u></u>	<u><u>285.172</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

N.O.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ: 34.405.822/0001-74

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

	Notas	2021	2020
Outras despesas operacionais			
Gerais e administrativas	7	(144)	(27)
Despesas tributárias	8	(19)	(8)
Resultado de equivalência patrimonial	5	<u>43.520</u>	<u>24.733</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>43.357</u>	<u>24.698</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	9	<u>151</u>	<u>143</u>
Resultado financeiro, líquido		<u>151</u>	<u>143</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>43.508</u>	<u>24.841</u>
Imposto de renda e contribuição social	10	<u>-</u>	<u>(26)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>43.508</u>	<u>24.815</u>
Lucro líquido por ação		6,35%	3,62%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

N.O.G.S.P.E. Empreendimentos e Participacoes S.A.

CNPJ: 34.405.822/0001-74

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	<u>43.508</u>	<u>24.815</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>43.508</u></u>	<u><u>24.815</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

N.O.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ: 34.405.822/0001-74

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

	Capital social	Reserva legal	Retenção de Lucro	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	-	-	-	-
Aumento de capital social mediante cisão parcial da LOGZ LOGISTICA Brasil S.A cfe AGE de 11/02/2020	273.856	-	-	-	273.856
Redução de capital social com retorno investimento aos acionistas em 19/08/2020	(13.502)	-	-	-	(13.502)
Lucro do exercício	-	-	-	24.815	24.815
Reserva legal	-	1.241	-	(1.241)	-
Dividendos a pagar	-	-	-	(5.894)	(5.894)
Constituição de reserva de lucros	-	-	17.680	(17.680)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	260.355	1.241	17.680	-	279.276
Lucro do exercício	-	-	-	43.508	43.508
Reserva legal	-	2.175	-	(2.175)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(10.333)	(10.333)
Dividendos distribuídos	-	-	(15.606)	-	(15.606)
Constituição de reserva de lucros	-	-	31.000	(31.000)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	260.355	3.416	33.074	-	296.845

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

N.O.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ: 34.405.822/0001-74

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

	2021	2020
Resultado de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	43.508	24.841
Ajustes por:		
Resultado de equivalência patrimonial	(43.520)	(24.733)
	<u>(12)</u>	<u>108</u>
Variações nos ativos e passivos		
Impostos a recuperar	(11)	(30)
Fornecedores	1	2
Imposto renda e contribuição social pagos	-	(26)
Dividendos recebidos de investida	23.496	14.501
Outros	1	1
	<u>23.475</u>	<u>14.556</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	23.475	14.556
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	<u>-</u>	<u>-</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital em dinheiro	-	50
Redução de capital com pagamento em dinheiro	-	(13.502)
Distribuição de lucros aos socios	(21.500)	-
	<u>(21.500)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(21.500)	(13.452)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	1.975	1.104
Demonstração de aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.105	1
No fim do exercício	<u>3.080</u>	<u>1.105</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	1.975	1.104

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificamente indicado)

1 Contexto operacional

A N.O.G.S.P.E Empreendimentos e Participações S.A. (“Companhia” ou N.O.G.S.P.E), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 02 de agosto de 2019 com capital social de R\$200,00 e tem por objeto social a participação, direta ou indireta, como sócia ou acionista, em outras sociedades que tenham como objeto social a construção, reforma, ampliação, arrendamento, exploração, administração, etc., de instalações portuárias de uso público e/ou privado, retroáreas, áreas de armazenagem, condomínios logísticos, incluindo outros meios de transporte, e atividades logísticas correlatas, bem como a prestação de serviços relativos a logística, comércio internacional, exportação e importação.

Tendo sua sede e foro na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.507, conj. 61 – 6º andar, CEP 04547-005, Vila Olimpia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a Companhia concentra seus investimentos na sociedade controlada em conjunto Portinvest Participações S.A (“Portinvest”), sendo este seu único investimento representado por 49% do capital da Portinvest.

A Portinvest Participações S.A. (“Companhia”), com sede em Itapoá, Santa Catarina, foi constituída em 31 de agosto de 2004 e tem por objeto social a construção, reforma, ampliação, melhoria, exploração, arrendamento mercantil e administração de instalações e terminais portuários, prestação de serviços relativos à logística, comércio internacional, exportação e importação, podendo ainda participar em outras empresas ou empreendimento como acionista ou quotista, em especial as que desenvolvam atividades relacionadas a serviços portuários, logísticos ou de exportação e importação. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia possui investimento de 70% do capital social da Itapoá Terminais Portuários S.A. (“Itapoá”).

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações promovidas pelas Leis nos 11.638/07 e 11.941/09 e nos pronunciamentos técnicos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras apresentam-se em Reais e foram aprovadas pela Diretoria em 05 de maio de 2022. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada em conjunto. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto nos casos indicados em contrário.

a. Investimento em controlada em conjunto

O investimento em entidade controlada em conjunto é registrado e avaliado pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como despesa (ou receita) operacional. Entidades controladas em conjunto são aquelas nas quais a Companhia possui controle compartilhado, estabelecido em acordo de acionistas e que requer consentimento unânime nas decisões estratégicas e operacionais. Quando a participação da Companhia nos prejuízos de uma investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária nessa investida registrado por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo que fazem parte do investimento, é reduzido a zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que a Companhia tenha obrigações construtivas ou efetuou pagamentos em nome da investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos.

Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas controladas em conjunto são eliminados na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (“impairment”) do ativo transferido e contempla as seguintes entidades:

	Participação (%)
Controladas em conjunto:	
Portinvest Participações S.A (“Portinvest”)	49,00

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as práticas contábeis da controlada em conjunto estão consistentes com as práticas contábeis da Companhia. Quando necessário, as práticas contábeis das controladas em conjunto são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

Decorrente da reestruturação societária da Companhia LOGZ S.A. ocorrido em fevereiro de 2020, a Companhia incorporou os ativos cindidos da LOGZ S.A., o que inclui um saldo de ágio por expectativa de rentabilidade futura. O ágio foi gerado e registrado na LOGZ S.A. quando da aquisição, pela sua então controlada em conjunto Portinvest Participações S.A. O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

b. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado - VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação de objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

- **Ativos financeiros a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários a vista) e investimentos de curto prazo (aplicações financeiras) considerado de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são mostradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

d. Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado, incluindo a participação em uma investida reconhecida por equivalência patrimonial, é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a N.O.G.S.P.E não aceitaria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e ativos financeiros mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto a perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas de probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra empréstimos e recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

e. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que passa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Administração não identificou nenhuma provisão que devesse ser reconhecida nas demonstrações financeiras.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

g. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e outras receitas. Essas receitas são reconhecidas no resultado.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Conta corrente		
Banco Itau	1	1
Aplicações financeiras		
Banco Itau - CDB DI	<u>3.079</u>	<u>1.104</u>
	<u>3.080</u>	<u>1.105</u>

Aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários sendo a remuneração de 95% da variação do CDI, as quais são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essas razões, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

5 Investimento em controlada em conjunto

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os principais dados financeiros da controlada em conjunto, Portinvest, podem ser sumarizados como segue:

	2021	2020
Ativo circulante	21.775	12.628
Ativo não circulante	340.884	309.166
Passivo circulante	21.094	11.988
Capital social	264.138	264.138
Reserva de lucros	77.426	9.704
Dividendos adicional proposto	63.282	35.964
Patrimônio líquido	341.564	309.806
Lucro do exercício	88.817	50.476
Participação da Companhia no capital social	49%	49%

A movimentação do investimento no período pode ser sumarizada como segue:

Investimento em 31 de dezembro 2020	<u>151.805</u>
Dividendos propostos a receber (b)	-27.958
Equivalência patrimonial	<u>43.520</u>
Investimento em 31 de dezembro de 2021	<u>167.367</u>
Ágio Portinvest (a)	126.358
Investimento total em 31 de dezembro de 2021	<u>293.725</u>

- (a) Em 11 de fevereiro de 2020, dando continuidade ao processo de reorganização societária envolvendo a LOGZ e suas investidas, iniciado em 2018, a LOGZ realizou uma cisão parcial, cujo acervo cindido era composto, dentre outros elementos, (i) pela totalidade da participação detida pela LOGZ na N.O.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A., inscrita no CNPJ sob o n.º 34.405.822/0001-74 ("N.O.G.S.P.E."), representativas de 100% (cem por cento) do capital social da N.O.G.S.P.E., e (ii) pela totalidade da participação detida pela LOGZ na Portinvest Participações S.A., inscrita no CNPJ sob o n.º 07.030.611/0001-21 ("Portinvest"), representativas de 49% (quarenta e nove por cento) do capital social da Portinvest. O acervo cindido foi destinado da seguinte forma (i) atribuição das ações de emissão da N.O.G.S.P.E. diretamente aos acionistas da LOGZ, quais sejam, Logística Brasil – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, inscrito no CNPJ sob o n.º 08.053.318/0001-42, Brasil Portos e Ativos Logísticos – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, inscrito no CNPJ sob o n.º 14.737.553/0001-36 e Empreendedor Brasil – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, inscrito no CNPJ sob o n.º 08.872.944/0001-60, e (ii) com recebimento pela N.O.G.S.P.E. das ações de emissão da Portinvest.
- (b) Dividendos provisionados pela Portinvest Participações S.A., sendo: (i) R\$ 17.622 foram recebidos no exercício de 2021 e (ii) R\$ 10.336 não foram recebidos pela NOGSPE durante o exercício de 2021, portanto, foram mantidos no ativo na rubrica de Dividendos a receber.

Em 28 de abril de 2022 foram recebidos da Portinvest o montante de R\$ 41.344 referente a dividendos distribuídos no exercício de 2022.

(i) Ágios na aquisição de investimentos

Ágio gerado por expectativa de rentabilidade futura proveniente da diferença positiva entre os aportes realizados pela LOGZ (empresa cindida) e a participação societária da LOGZ (empresa cindida) no patrimônio da investida na data dos aportes de capital. O ágio está fundamentado em laudo de rentabilidade futura e reconhecido na rubrica de "Investimento" no valor de R\$126.358.

Anualmente a Companhia realiza testes de impairment e no melhor de nosso conhecimento a respeito dos negócios e atividades das investidas concluímos pela não necessidade de baixa ou constituição de provisão para perdas sobre os ágios apresentados no balanço patrimonial levantado para 31 de dezembro de 2021.

(ii) Informações gerais sobre a controlada em conjunto

Portinvest e Porto Itapoá

A Portinvest, com sede em Itapoá, Santa Catarina, foi constituída em 31 de agosto de 2004, e tem por objeto social a construção, reforma, ampliação, melhoria, exploração, arrendamento mercantil e administração de instalações e terminais portuários, prestação de serviços relativos à logística, comércio internacional, exportação e importação, podendo ainda participar em outras empresas ou empreendimentos como acionista ou quotista, em especial as que desenvolvam atividades relacionadas a serviços portuários, logísticos ou de exportação e importação.

Em dezembro de 2015, a LOGZ (empresa cindida) efetuou um aporte de R\$10.000, aumentando sua participação para 44,96%. No aumento da participação em julho e dezembro foi pago em ágio total de R\$49.854.

Em abril de 2016 a LOGZ (empresa cindida) efetuou um aporte de R\$89.650, aumentando sua participação para 49,01%.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Portinvest possuía investimento de 70% do capital social da Itapoá Terminais Portuários S.A., empresa portuária em fase operacional, que teve início das suas operações em junho de 2011.

A Porto Itapoá tem como objeto social a construção, melhorias e ampliação da exploração da atividade portuária, sendo um Terminal de Uso Privado (TUP), devidamente autorizado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ e Secretaria Especial dos Portos da Presidência da República, nos termos do artigo 2º inciso IV c/c artigo 8º da Lei Federal nº 12.815/13, atuando também na condição de operador portuário e todas as atividades correlatas atinentes à citada exploração portuária, ao agenciamento de frete marítimo, engajamento de cargas, logística e movimentação de cargas gerais e carga contêinerizada, podendo, ainda, participar em outras empresas ou empreendimentos como acionista ou quotista.

A finalização das obras e início das operações do porto ocorreu em junho de 2011, totalmente custeado por aportes de capital e por meio de captação de financiamento. Em 2017, foi iniciada nova fase de expansão do terminal (segunda fase de expansão do Terminal), tanto em área de armazenagem, como em berço de atracação, as quais foram finalizadas em agosto de 2018.

Todas as licenças e autorizações dos órgãos governamentais necessários para a implantação do porto estão válidas, dentro de seus prazos legais.

A Companhia não tem obrigação de pagamento de remuneração à União, ou quaisquer outros ônus, em função da exploração do terminal portuário.

6 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e totalmente integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 260.355 divididos em 684.638.285 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

	2021		2020	
	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%
Brasil Portos e Ativos Logísticos FIP	138.111.219	20,17%	138.111.219	20,17%
BRZ Infraportos FIP Infraestrutura	457.442.836	66,82%	457.442.836	66,82%
Empreendedor Brasil FIP	89.084.230	13,01%	89.084.230	13,01%
	684.638.285	100%	684.638.285	100%

Em 12 de julho de 2019, conforme AGE de constituição de sociedade por ações, foi aprovado a constituição do capital social no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) com emissão de 500 (quinhentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal,

Em 11 de fevereiro de 2020, conforme AGE, foi aprovado o Protocolo e Justificação de Cisão Parcial celebrado entre a Companhia e a empresa LOGZ Logística Brasil S.A. (“LOGZ”). Nesta operação a Companhia aprovou a incorporação do Acervo Cindido resultante da cisão parcial da LOGZ, corresponde, na Data Base, no valor de R\$273.855 (duzentos e setenta e três milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil). Em razão da Cisão Parcial da LOGZ e da incorporação do Acervo Cindido pela Companhia, em conformidade com o Protocolo de Cisão Parcial, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, que passou dos atuais R\$500,00 (quinhentos reais), para R\$273.856 (duzentos e setenta e três milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil), um aumento, portanto, no valor de R\$273.855 (duzentos e setenta e três milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil), observado que, para fins do aumento de capital decorrente da incorporação do Acervo Cindido, foi desconsiderado o montante de R\$200,00 (duzentos reais), relativo à parcela do Acervo Cindido correspondente à porção do preço de emissão das ações de emissão da própria Companhia que se encontrava integralizada na Data Base. Dessa forma, foram emitidas 684.637.785 (seiscentos e oitenta e quatro milhões, seiscentas e trinta e sete mil e setecentas e oitenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço por ação de R\$0,40 (quarenta centavos de real), nos termos estabelecidos no Protocolo de Cisão Parcial, todas elas subscritas pela LOGZ em nome de suas atuais acionistas, e na proporção por eles atualmente detida no capital social da própria LOGZ.

Logz Logística Brasil S.A.	Saldos em 31/12/2019	Acervo a ser cindido
Ativo circulante	8.614.976	50.000
Ativo não circulante	273.857.361	273.805.314
Realizável a longo prazo	300	-
Investimentos	147.490.331	147.446.831
Imobilizado	8.248	-
Intangível	126.358.483	126.358.483
Total do ativo	282.472.337	273.855.314
Passivo circulante	1.981	-
Passivo não circulante	-	-
Patrimônio líquido	282.470.357	273.855.314
Total do passivo	282.472.337	273.855.314

Em 22 de maio de 2020, conforme AGE, foi aprovado a redução de capital da companhia, sem cancelamento de ações, no montante de R\$13.501 (treze milhões, quinhentos e um mil), passando o capital social de R\$273.856 (duzentos e setenta e três milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil) para R\$260.355 (duzentos e sessenta milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil), com a consequente reversão aos acionistas da Companhia do valor equivalente à redução, nas respectivas proporções detidas no capital social da Companhia.

b. Reserva legal

É constituída na proporção de 5% (cinco por cento) do lucro do exercício para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social integralizado. Em 31/12/2021 foi constituído o montante de R\$ 2.175 de reserva legal.

c. Dividendos mínimos obrigatórios

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, aos titulares de ações será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, calculado nos termos da lei societária.

Em relação ao resultado apurado em 2021, a parcela do dividendo relativa ao mínimo obrigatório no valor de R\$ 10.333, que se caracteriza efetivamente como obrigação presente, está reconhecida no passivo da entidade.

d. Dividendos distribuídos

A administração deliberou em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ocorrida em 07 de junho de 2021 pelo pagamento de distribuição de lucros no valor total de R\$ 21.500, sendo: (i) R\$ 5.894 referente a provisão de distribuição de lucros aos sócios feita em dezembro de 2020 e (ii) R\$ 15.606 da conta de reserva de lucros da Companhia.

7 Despesas gerais e administrativas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Serviços de consultoria e assessoria	57	24
Honorários de auditoria	52	-
Outras despesas gerais e administrativas	<u>35</u>	<u>3</u>
Total	<u>144</u>	<u>27</u>

8 Despesas tributárias

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
PIS s/receitas financeiras	1	1
COFINS s/receitas financeiras	6	6
Impostos e taxas	-	1
IOF s/operações financeiras	12	-
Total	<u>19</u>	<u>8</u>

9 Receitas financeiras e despesas financeiras

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	150	143
Variações monetárias ativas	1	-
Resultado financeiro líquido	<u>151</u>	<u>143</u>

10 Imposto de renda e contribuição social

	2021	2020
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	43.508	24.841
Alíquota fiscal combinada	<u>24%</u>	<u>24%</u>
Imposto de renda e contribuição social		
Pela alíquota fiscal combinada	<u>-10.442</u>	<u>-5.962</u>
Adições permanentes		
Equivalência patrimonial em investimento	<u>10.444</u>	<u>5.936</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>0</u>	<u>-26</u>

11 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

a. Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de análises periódicas da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros.

12 Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

13 Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de seus passivos.

A Administração monitora as previsões das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os equivalentes de caixa mantidos pela Companhia estão livres para uso imediato e são suficientes para administrar o risco de liquidez.

14 Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não possuía mútuos passivos sujeitos ao risco da taxa de juros.